



ESTADO, CULTURA E IDENTIDADES: um estudo de caso das políticas culturais na Amazônia contemporânea

Fabício Santos de Mattos¹

Resumo: O artigo discute a estratégia de atuação da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT) em um traçado histórico, detendo-se entre os anos 1996 e 2004, e buscando compreender as concepções-chave da atuação dos três governos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) no Pará. A interpretação está ancorada na hipótese de que os gestores de cultura na Amazônia elaboram diferentes formas de uso da cultura, partindo de uma estratégia pautada pela concepção uma identidade essencialista e autoritária, que deve ser reconstruída, resgatada, administrada e celebrada, e que imagina os cidadãos paraenses com sentimento de auto-estima abalado. Por outro lado, a criação de grandes obras arquitetônicas, centralizadas na capital paraense, Belém, organiza táticas específicas de visibilidade desta identidade, articulando-a com o mercado turístico e gerando um processo retroalimentado da redução cultural imprimida por esta gestão.

Palavras-chave: Amazônia contemporânea, política cultural, identidades.

Abstract: The article discusses the strategy of action of the Secretary of State for Culture of Pará (Secult) on a historic track, holding it between the years 1996 and 2004, and seeking to understand the key concepts of the performance of the three governments of the Party of Social - Democracia Brasileira (PSDB) in Pará. The interpretation is anchored in the assumption that the managers of culture in the Amazon produce several forms of use of culture, based on a strategy for designing an identity essentialist and authoritarian, to be rebuilt, recovered, administered and celebrated, and you can imagine Paraenses citizens with a sense of self-confidence shaken. Furthermore, the creation of great architectural works, centered on the Pará's capital, Belém, organizing tactics specific profile of this identity, by linking it with the tourist market and generating a process feeds back to reduce cultural printed by the management.

Key words: Contemporary Amazon, cultural policy, identity.

¹ Mestrando. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: fsdemattos@gmail.com.



1. Introdução: sobre cultura e o conceito de política cultural

Compreender o papel da cultura, contemporaneamente, significa construir redes de interpretação entre diversos campos de conhecimento e práticas sociais. Isso significa a intensificação dos processos de trocas simbólicas, amparada pela ampliação e desenvolvimento dos tecidos midiáticos e pela crescente importância do trabalho imaterial, fatores que fundamentam o desenvolvimento da lógica cultural do chamado capitalismo tardio, em que a cultura se destaca como contorno e/ou conformação, pautada pelo advento da condição de globalização e, mais especificamente, de mundialização da cultura (ORTIZ, 2002).

Este quadro se aprofunda com as crescentes intervenções do Estado sobre a cultura, assim como o uso de questões culturais como mote de bandeiras políticas de movimentos sociais. A aproximação entre cultura e exercício de poder, e suas relações, problematiza e complexifica questões antes negligenciadas pela tradição de análise nas Ciências Sociais, e se conforma como importante desafio a essas Ciências para a análise do contemporâneo.

Interessa-nos, neste trabalho, reter sentido de política pública de cultura, mas sem perder de vista a dimensão constitutiva das relações entre cultura e poder. Assim, o sentido de política cultural empregado aqui está ligado à compreensão de agenciamento da cultura que, ao ser tratada como política pública, visa metas e objetivos, como parte do planejamento de determinada ideia de desenvolvimento. Nesse sentido, o antropólogo mexicano Eduardo Nívon Bólan afirma que pensar as políticas culturais como políticas públicas significa

sobre todo las medidas públicas tomadas en el campo cultural, y puede ser definida por el gobierno nacional, regional o municipal y sus agencias. Requiere objetivos definidos explícitamente, cuyo logro se deben establecer mecanismos de planificación pertinentes, su desarrollo y evaluación. Básicamente, desde esta perspectiva, la política cultural es una política regulatória; sin embargo, la eficiencia de una política de este tipo se basa en la capacidad de los que toman las decisiones para movilizar los recursos humanos y económicos a fin de garantizar un desarrollo equitativo de los diversos agentes institucionales, sociales y territoriales interesados en la actividad cultural. (BÓLAN 2006, p. 63)

Ainda sobre a concepção de políticas culturais, interessa-nos também a compreensão de Isaura Botelho que, desenvolve relações entre duas dimensões constitutivas da cultura (a antropológica e a sociológica) e suas implicações na elaboração de políticas culturais. Afirma a autora que

Nesse sentido, a dimensão antropológica estaria ligada muito mais à cultura que “se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas



rotinas” (Idem, ibidem), enquanto que a dimensão sociológica não se constitui no cotidiano, mas em um plano especializado que

é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através dos meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende dos canais que lhe permitam expressá-los. (Idem, ibidem)

A trajetória da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), a partir dos governos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) analisados a seguir corrobora muito mais esta última dimensão da cultura do que a antropológica, ou ainda com a tentativa de construir uma articulação entre as duas.

2. Considerações sobre a Secretaria de Estado e Cultura do Pará

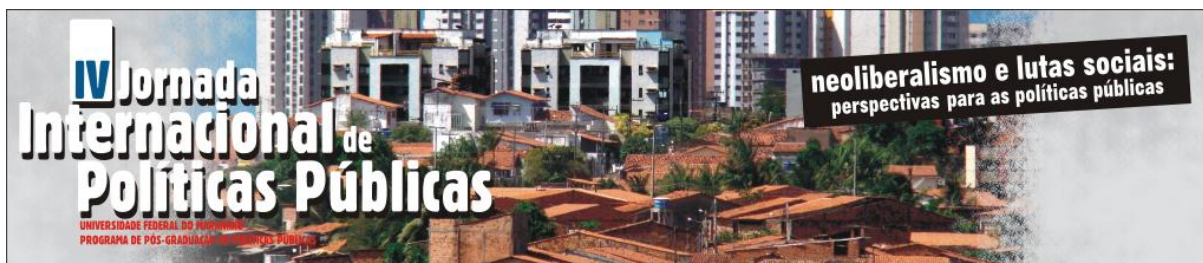
A SECULT tem uma trajetória que condiz com a recente história de políticas culturais em nível nacional. Como afirma Rubim: “A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.” (RUBIM, 2007, p. 11)

A SECULT foi uma instituição criada a partir dos princípios de um Estado dirigente e patrimonialista, em que os principais intelectuais de Belém, geralmente ligados à gestão governista, tiveram papel fundamental no desenvolvimento das concepções e ações formuladas pela Secretaria de Cultura.

Outra característica que permeou a SECULT desde sua criação é a nítida centralização dos programas em Belém, pois os gestores e colaboradores formavam a *intelligentzia*² da capital paraense. A quase total ausência de formulação de gestão democrática/participativa, também é notória, mas esta realidade aparentemente começa a mudar.

O debate que criou a SECULT começa em pleno regime militar, em 1974, com um grupo de intelectuais exclusivamente de Belém. Um ano e meio depois, ao final de 1975, é criada a Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desportos do Pará, numa gestão que se preocupou com a constituição da estrutura física de uma Secretaria e atuou na delimitação e restauração do Patrimônio Histórico, porém centralizando as obras na cidade de Belém.

² Segundo Karl Mannheim, a *intelligentzia* é “um grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação de mundo” (MANNHEIM, 1999, apud CASTRO, 2005, pg. 7)



É deste período a primeira reforma do Theatro da Paz, o início da construção do que seria a Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR), a criação da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), e a reforma no Teatro Waldemar Henrique. Essas ações são resultantes de deliberações de duas instituições que tinham ingerência direta na política cultural da SECULT na época: o Conselho Estadual de Cultura, formado por grandes intelectuais de Belém e pela Academia Paraense de Letras.

Esta gestão, capitaneada por Lira Maia, dura de 1976 a 1980, e não há nenhum comprometimento com a participação popular, visto que os intelectuais integrantes das instituições que faziam parte do debate da esfera de cultura estavam centralizados em Belém.

A segunda gestão da SECULT, de 1982 a 1984, tem à frente o intelectual e jornalista Acyr Castro. Sua gestão foi marcada por obras estruturais, como a restauração do Palacete Bolonha, a Construção do Museu da Imagem e do Som (MIS) e o início de uma discussão sobre o que seria a cultura popular paraense, além do início de um tímido processo de interiorização da cultura, começando a sair da região metropolitana de Belém, com ações de fomento de publicação de pequenos cadernos de cultura pelo interior.

A terceira gestão, de 1987 a 1991, é a do professor, gestor cultural, poeta e ensaísta João de Jesus Paes Loureiro. É um momento de efetiva participação popular, tornando-se um marco histórico na administração da cultura paraense. Desenvolvem-se políticas de editais e cria-se o Fórum Estadual de Cultura, em que os municípios devem possuir delegados para a materialização do diálogo com o governo.

A quarta gestão, de 1991 a 1994, é de Guilherme Marcos de La Penha, engenheiro e professor. É uma gestão que abandona a política de editais e o Fórum Estadual de Cultura. Há um deslocamento para o interior do Estado, privilegiando a relação entre cultura e turismo. É levado para o interior também uma série de materiais para shows e desenvolvimento de festivais culturais locais.

De 1995 a 2006, instaura-se um novo modelo de gestão de cultura. Nas três gestões do PSDB (duas de Almir Gabriel e uma de Simão Jatene), o secretário de cultura foi o arquiteto e professor Paulo Chaves Fernandes.

Esta gestão é marcada por uma postura de Estado ancorada nos princípios de mercado, com leis de incentivo fiscal às empresas e privilegiando *marketing* turístico, ao mesmo tempo em que adota uma postura de Estado dirigente e patrimonialista, com diferenças e semelhanças relativas ao que acontecia com a gestão do PSDB em nível nacional, na gestão Fernando Henrique/ Francisco Weffort.



3. Estado, cultura e identidade

Muitas das críticas à gestão cultural nacional do PSDB também se aplicam no caso da gestão do Pará. Ambos os governos, por exemplo, seguem uma linha de valorização do incentivo fiscal, apontando como um dos carros-chefes de sua política tais leis. Em nível nacional, destacou-se a Lei Rouanet (Lei 8.313 de Incentivo à cultura, criada no governo Collor, mas modificada e ampliada pelo governo do PSDB), enquanto que, no Pará, a Lei Semear (Lei 6.572, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura) organizava o papel do mercado frente à diretriz da política cultural local.

No apoio à produção cultural em todos os seus níveis, a Lei Semear foi o instrumento importante, para expansão das atividades artísticas, atendendo cerca de 91 projetos que envolveu recursos, oriundos de benefícios fiscais, na ordem de R\$ 3 milhões, distribuídos entre diversas entidades. (PARÁ, Governador: 2005, Simão Jatene, p. 75)

No campo da concentração territorial de recursos, por exemplo, pode-se afirmar que há uma equivalência perversa entre as duas gestões, a nacional e a estadual. Enquanto que nacionalmente o governo do PSDB privilegiou o circuito Rio-São Paulo pelos mecanismos do *marketing* cultural e de leis de incentivo (ou renúncia fiscal), o governo do Pará privilegiou a capital em detrimento aos outros 142 municípios que compõe o estado, numa gestão em que o reducionismo da complexidade cultural do estado equivaleria a ganhos em termos de *marketing* da cidade e de ampliação do mercado turístico.

O Relatório de Atividades de 2003 a 2006 da SECULT demonstra que, entre os principais eixos de atuação da secretaria – Fomento à produção e difusão cultural e desportiva; e Revitalização da Memória e Identidade Cultural –, é clara a dimensão centralizadora das obras e os usos que são feitos desses espaços, voltados para uma permanente “folclorização” do que seria a cultura paraense e suas manifestações verdadeiras, deslocadas em direção à capital e fazendo uso dos seus equipamentos culturais, como forma de atrair o turismo. No texto sobre o evento junino conhecido como “Arraial da Cultura”, pode-se perceber que todos os chamados “espaços culturais da Secult” se encontram na capital paraense.

A tradição e a beleza das manifestações juninas tomam conta dos espaços culturais da Secult, como Parque da Residência, Complexo Feliz Lusitânia e Estação das Docas, no mês de julho, com o projeto “Paixão do Boi”. A programação oferece ao público, apresentações dos grupos de pássaros juninos e bois de pé no chão, entre outras, com entrada franca. (PARÁ, Governo do Estado do. 2007, s/n).

Ainda a título de exemplo, segue a lista de espaços culturais criados pelo “Programa de Revitalização Urbana para a Cidade de Belém e para o Estado do Pará”, que faz parte do segundo eixo de atuação supracitado, em que a visibilidade das obras apresentadas é a



marca do processo. Estação das Docas; Parque Naturalístico Mangal das Garças; Estação Gasômetro/ Parque da Residência; Sistema Integrado de Museus e Memoriais (composto por 10 equipamentos culturais, todos situados na cidade de Belém).

De fato, a preocupação estratégica se concentra em resgatar o “paraensismo” como eixo da política cultural. Na mensagem à Assembléia Legislativa de 2003, pode-se ler sobre o “conceito”.

Em nenhum outro setor da vida cotidiana paraense a diversidade de elementos é tão marcante quanto na cultural. As influências indígenas, européias e africanas formam a pluralidade do paraensismo, característica humana e sócio-cultural que o Governo Almir Gabriel procurou resgatar desde 1995, deslançando em todo o Estado um processo contínuo da afirmação da auto-estima paraense e das potencialidades regionais, que haviam se perdido ao longo da história. Os maciços investimentos na recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado foram as molas propulsoras da retomada do paraensismo. (PARÁ, Governador: 2003, Simão Jatene, p. 105)

Apesar desse dever quase cívico – orgulhar-se da “identidade paraense” –, nortear a política cultural, é difícil analisar e acreditar que essa relação entre cultura e política, no caso paraense, gere desenvolvimento social e participação, e possa contribuir para criação de espaços de afirmação cultural aos que não se reconhecem nesta proposta identitária, como grupos sociais minoritários, imigrantes, tribos urbanas etc.

Mesmo na capital, este reducionismo proporcionou um silenciamento e ocultamento das diferenças e das contradições que compõe o campo cultural, em seu sentido antropológico e mais complexo. Esta forma de autoritarismo cultural é reconhecida nas três gestões do PSDB, por reafirmar um modelo de gosto cultural, desenvolvido para grupos privilegiados da sociedade, a quem maior parte dessa memória referencia. A pergunta que está posta é a seguinte: quem se reconhece nessa identidade, afinal? Segundo CASTRO, a conformação desses agentes é a seguinte:

A princípio, as camadas medianas das populações urbanas, a quem as mistificações de uma identidade “regional”, tão caras ao poder público, aos artistas e aos intelectuais, nunca deixam de comover e elevar o espírito. Em seguida, as populações constituídas pela imigração, ao longo das três últimas décadas do século XX. (...) Aceitam de coração pleno essa classificação – como se ela pertencesse a uma ordem que lhes antecede e é superior, uma ordem que se coaduna facilmente com elementos culturais que trazem (...). Um terceiro grupo (...) compreende a grande maioria dos artistas e intelectuais dos centros urbanos locais, notadamente da cidade de Belém, que demonstram uma incapacidade crônica (...) em superar a mentalidade colonizadora pela via da qual precisam operar sínteses de identidade para libertá-las de todo conflito. (...) Um quarto grupo (...) composto por multidões de indivíduos que jamais estiveram na “região” mas que, talvez por influência da representação mediática que mostra a Amazônia como uma espécie de paraíso ecológico, ou espaço virgem, acabam por ingressar nos caminhos de uma histeria social marcada pelo sentimento identitário. (CASTRO, 2006, p. 7)

Esta conformação identitária afirma um movimento elitista e autoritário quando compõe formas de controle discursivo, assim como a demarcação de um determinado gosto, perpassando os objetos culturais, os comportamentos e os hábitos de consumo cultural.



Por outro lado, a questão que se coloca não trata, em si, dos objetos culturais (se são eruditos ou não), mas na incapacidade de dialogar com agentes que não partilham desse gosto e dessa memória, que dificilmente comparecem, mesmo em espetáculos ou eventos de entrada gratuita. A esse respeito, BOTELHO afirma que a idéia de democratização da cultura, mais do que conquistar novos públicos, corrobora com o verdadeiro elitismo, que se dá muito mais pelas próprias barreiras simbólicas entre os públicos, pois

Impedem que novos segmentos da população tenham acesso à oferta de cultura “clássica”. Paradoxalmente, este é o resultado da política de democratização da cultura: ela transfere para os mais favorecidos os meios financeiros advindos dos impostos que pesam sobre o conjunto da população. (...) Não é a redução de preços ou mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais. Ao contrário, a política de subvenção as reforça, uma vez que favorece a parte do público que já detém a informação cultural, as motivações e os meios de se cultivar. (BOTELHO, 2001, p. 81)

Além disso, nos documentos analisados, percebe-se pouca ou nenhuma pesquisa sobre públicos culturais, ou envolvendo avaliação de políticas específicas e processos de criação ou fruição cultural, além de pouca transparência na gestão. Em alguns documentos, são apresentados números de pesquisas quantitativas que não revelam o desenvolvimento de uma efetiva cadeia cultural. Assim, concordamos com BOTELHO quando esta afirma que “A idéia de democratização da cultura repousa sobre dois postulados implícitos: só a cultura erudita merece ser difundida; e basta que haja o encontro entre a obra e o público (indiferenciado) para que haja desenvolvimento cultural” (Idem, p. 82).

Aparece cada vez mais, nesses usos da cultura, que o jogo que está se tramando é o de visibilidade social através de grandes obras. Os dispositivos acionados como cultura são dependentes, na realidade, de visibilidades midiáticas, através de propaganda institucional e de *marketing* turístico. Nesse movimento, percebe-se que a própria cidade, assim como a complexidade da cultura da região amazônica, encontra-se reduzidas à identidade, para se converterem em mercadoria.

4. Conclusão: sobre políticas públicas de cultura e políticas culturais

Ao analisarmos as impossibilidades democráticas de uma política cultural de estratégia identitária, queremos inferir que a política pública de cultura realmente democrática deve buscar articulações entre as dimensões constitutivas da cultura, a antropológica e a sociológica, atenuando as distâncias entre criação, difusão e recepção de significados simbólicos, e buscando o cotidiano dos cidadãos através da descentralização das ações culturais.



Acreditamos que a política cultural democrática deve ser criativa no sentido de buscar uma imbricação produtiva entre os dois eixos da política cultural, o que atua no sentido das políticas públicas e o que conforma as redes sociais, principalmente as de resistência ao autoritarismo social presente na Amazônia contemporânea e que também conforma a experiência de grande parte da sociedade latinoamericana, articulando os conceitos de cidadania e democracia para além das esferas representativas tradicionais.

Trata-se, aqui de uma política cultural atuante na modernidade-mundo, altamente flexível e complexa, e baseada na interdependência social e na velocidade dos fluxos simbólicos. Estaríamos, então, num campo ético-político distinto, em que a “lógica de política” atua em substituição à “lógica de guerra”. Esse movimento diz respeito à imbricação entre cultura e política, como laços constitutivos de uma estratégia que atua na disputa de hegemonia entre as forças sociais.

A resistência político-cultural atua, contemporaneamente, através da conformação e aprofundamento da estratégia compreendida na imagem da “teia” ou da “rede social”, que tem o reconhecimento de seu caráter precário, mas que cada ponto nodal tem a importância funcional de sustentar uma estrutura simbólica complexa, que suscita um movimento de ligação e propagação de significados, de disputa de sentidos, ao mesmo tempo em que também é passível de rupturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural: temas problemas y oportunidades**. 1ª ed. , México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro, 2006.

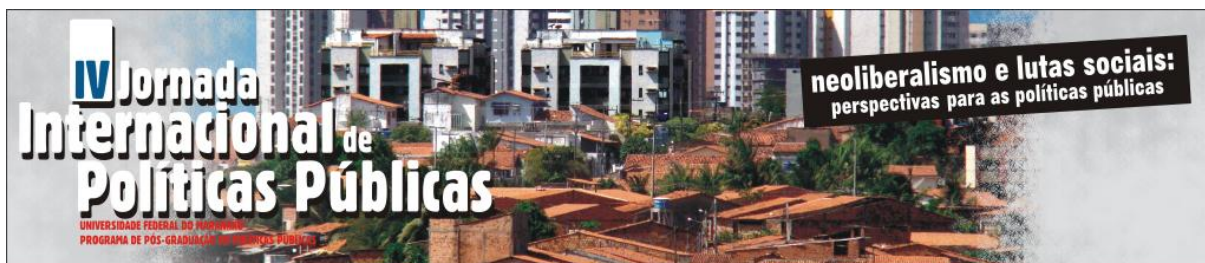
BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Editora Fundação SEADE, Vol: 15, Nº 2, abril/junho, 2001.

CASTRO, Fábio. **Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira**. Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006.

_____. *Economia e gestão participativa da cultura para a qualidade de vida de todas e todos*. Conferência proferida em 07 de julho na I Conferencia Estadual de Cultura do Pará. 2007b.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e a cultura. In: **Tempo Social: revista de Sociologia da USP**. São Paulo: Vol: 14, Nº1, maio de 2002.

PARÁ. Governador. **Mensagem à Assembléia Legislativa**: apresentada em 22 de fevereiro de 1999. Belém, 1999.



_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa:** apresentada em 15 de fevereiro de 2003. Belém, 2003.

PARÁ, Governado do Estado do. **Relatório de atividades da Secretaria de Estado de Cultura – Secult:** Balanço 2006. Belém, Secult, 2007.